



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002347/2023-48

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

EMENTA: Pedido de acesso aos dados relativos às "Operações Pancadão", entre os anos de 2009 e 2022, no Estado de São Paulo. Trabalhos adicionais. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00370/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que não possui as informações consolidadas da maneira solicitada pois a tabulação dos dados é feita de forma descentralizada, explicou que *"as Operações Pancadão são realizadas no âmbito de cada Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme demandas específicas e peculiares de cada região, observadas após análises críticas das condições estatísticas apresentadas o levantamento das informações"* e destacou que o levantamento dos dados da maneira solicitada *"demanda movimentar todas as Unidades de Policiamento, ocasionando trabalho adicional de análise e recursos humanos, inclusive pelo longo período solicitado (de 13 anos)."* Insatisfeita a solicitante apresentou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão informou que realizou análises internas e constatou que não possui dados relativos a *"Operação Pancadão"* tabulados, destacou que a Polícia Militar atua no 645 Municípios do Estado e reiterou que para a coleta e compilação das informações solicitadas teria que ser realizada uma pesquisa dispendiosa em cada uma das unidades de policiamento acarretando prejuízos às atividades habituais do órgão e das unidades.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão justificou a impossibilidade de fornecer as informações requeridas, demonstrando que a pesquisa e a consolidação das informações relativas ao período solicitado de 13 anos, para as quais não possui concentração dos dados tabulados da maneira solicitada, impactaria negativamente nas rotinas das unidades que contemplam, dentre outras, mais de uma centena de Batalhões, conforme estrutura estabelecida no Decreto nº 65.096/2020, e alterações.
5. Nesse sentido cumpre informar que a Lei federal 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) não exige dos órgãos públicos trabalhos adicionais que impactem significativamente na atividade do órgão ou entidade, entendimento que pode ser observado, inclusive, na regulamentação federal sobre a matéria, a exemplo do disposto no Decreto federal nº 7.724, de 16 maio de 2012, que afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à

informação que demandem trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações.

6. Quanto ao questionamento sobre a justificativa apresentada pela PM valer-se de uma regulamentação federal, observa-se que o fundamento utilizado guarda aderência aos precedentes do Estado de São Paulo, a exemplo das Decisões OGE/LAI 029/2021 e CGE-CODUSP/LAI 00341/2023, que indicam os procedimentos para atendimento do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei nº 12.527/2012, nos casos em que a informação não está disponível no formato solicitado.
7. Assim, considerando que o órgão indicou as razões para negativa de acesso, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 14 de novembro 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 14/11/2023, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site